

Médico exonerado do STF diz que superiores sabiam do pedido

Nelson Jr./SCO/STF



O presidente do STF, ministro Luiz Fux
Nelson Jr./STF

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o médico Marco Polo Dias Freitas, [exonerado](#) pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, [disse](#) que "nunca realizou ato administrativo sem a ciência" de seus superiores.

O profissional ocupava o cargo de secretário de Serviços Integrados de Saúde da Corte havia seis anos e acabou perdendo a função após um pedido de reserva à Fiocruz de 7.000 doses de vacina contra à Covid-19, para imunização de ministros e servidores do Supremo Tribunal Federal.

O diretor-geral do tribunal, Edmundo Veras dos Santos Filho, foi quem assinou o ofício. Segundo o documento, a secretaria de Freitas seria responsável por coletar e distribuir as vacinas.

Clique [aqui](#) para ler o documento

Ao comentar o pedido, o ministro Luiz Fux afirmou que não tinha conhecimento da solicitação e que "estava em choque". O médico, por sua vez, revelou que, "nestes 11 anos no STF, nunca realizei nenhum ato administrativo sem a ciência e a anuência dos meus superiores hierárquicos". "Continuarei, como médico, de corpo e alma, na luta diária pela saúde e bem-estar das pessoas."

"Em relação às notícias veiculadas na imprensa que envolvem meu nome, informo: tenho 33 anos de serviços públicos prestados à comunidade. Sou médico concursado do STF desde setembro de 2009. Fui secretário da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde do STF nas gestões do excelentíssimo senhor ministro Ricardo Lewandowski, da excelentíssima senhora ministra Cármen Lúcia e do excelentíssimo senhor ministro Dias Toffli, com reconhecimento pelos serviços prestados", sustentou.

Antes de decidir exonerar o médico, Fux defendeu a solicitação em entrevista à *TV Justiça*. A iniciativa, segundo ele, foi apenas para amenizar o caso. "Foi muito ruim o que fizeram. A administração do tribunal estava tão bem avaliada. A repercussão foi muito negativa", disse.

Outro pedido

Além do pedido de reserva de vacina enviado à Fiocruz, a *Folha* [informou](#) que obteve documento semelhante enviado ao Instituto Butantan, ao diretor da entidade, Dimas Covas, na mesma data do ofício enviado à Fiocruz, com argumentos semelhantes.

Um deles é de que a realização da campanha pelo tribunal iria "contribuir com o país nesse momento tão crítico da nossa história, pois ajudará a acelerar o processo de imunização da população e permitirá a destinação de equipamentos públicos de saúde para outras pessoas, colaborando assim com a Política Nacional de Imunização".

O STF ainda não se manifestou sobre o pedido de vacina enviado ao Butantan.

Date Created

29/12/2020